

Oficina de Discussão de Diretrizes para o Ensino da ENSP – 27/05/2015

Síntese Executiva

1. Introdução

Tendo por objetivo identificar e discutir os principais desafios colocados hoje para a área de ensino e iniciar a discussão sobre diretrizes, com vistas à construção do novo plano estratégico da ENSP, a Oficina de Discussão de Diretrizes para o Ensino da ENSP foi realizada em 27 de maio de 2015 no Salão Internacional da ENSP, de 14:00 às 18:00. Foram convidados: coordenadores de ensino dos Departamentos, coordenadores dos Programas stricto sensu, coordenadores de cursos lato sensu presenciais e EAD, docentes, profissionais da gestão do ensino, Escola de Governo em Saúde, SEPLAN, SECA, EAD e estudantes da ENSP. Foram igualmente convidados representantes da Diplan/Fiocruz e da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação. Pretende-se que esta seja a primeira de uma série de Oficinas e outros eventos destinados a discutir coletivamente os problemas e desafios da área, bem como identificar e definir as linhas de ação que podem contribuir para sua superação.

A metodologia adotada partiu de uma apresentação, realizada pela Vice-Diretora de Pós-Graduação da ENSP Tatiana Vargas, contendo um diagnóstico preliminar da área de ensino da Escola e um conjunto de “desafios” colocados para o setor. O diagnóstico teve por base o Relatório de Gestão 2013 da ENSP, e alguns dados e informações do Relatório de Gestão 2014 (em preparação), em especial sobre a pós-graduação lato sensu. Para subsidiar o debate sobre diretrizes, foram utilizados: os relatórios dos “Diálogos na ENSP sobre o Ensino” realizados em 2014; o Projeto Político Pedagógico da ENSP apresentado ao Ministério da Educação (em revisão); o Relatório do VII Congresso Interno da Fiocruz (Eixo “Atenção, Promoção, Vigilância, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS”). Foram destacadas algumas “recomendações” e debates levantados pelo Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, da CAPES, a fim de situar o debate interno em relação ao contexto nacional. Não se buscou analisar em profundidade cada um destes documentos – e nem seria possível no espaço do evento – mas, ao invés, tentar apresentar uma visão abrangente do ensino na ENSP hoje, considerando seus diversos níveis e modalidades. Esta opção não é circunstancial mas, ao contrário, parte do reconhecimento de que a integração das diferentes atividades educacionais da Escola é, ele mesmo, um dos grandes desafios que devemos enfrentar.

Buscou-se fundamentar tanto o diagnóstico quanto os “desafios” apresentados com dados, obtidos através do processo de coleta e análise de indicadores institucionais que compõem os relatórios de gestão e outros documentos. Por outro lado, há um grande conjunto de informações, em geral não sistematizadas e/ou não expressos quantitativamente, fruto de

reuniões, debates e fóruns de discussão diversos, bem como, muitas vezes, de conversas informais, que traduzem o esforço coletivo de “pensar a instituição” e que, como a própria Oficina deixou claro, constituem a matéria-prima essencial do planejamento. Deve-se destacar os espaços de gestão colegiada da ENSP, que são instâncias regulares de debate institucional e deliberação, tanto sobre as questões cotidianas como sobre os problemas e desafios de médio e longo prazo.

A dinâmica adotada contou com as intervenções iniciais de “comentadores” (Sergio Rego, Maria Alice Pessanha, Carlos Otávio Fiuza Moreira e Lúcia Dupret) que tinham a tarefa de levantar questões acerca do diagnóstico e desafios apresentados, para em seguida iniciar o debate propriamente dito.

Apresentamos, na sequência, um relato dos debates ocorridos na Oficina, buscando abordar as diversas contribuições segundo os principais tópicos abordados nas diversas intervenções que se seguiram à apresentação.

Em seguida apresentaremos, de forma mais sintética, alguns indicativos de Diretrizes, derivados dos debates, e um conjunto de proposições de caráter mais concreto e passíveis de implementação, mesmo que não imediata.

2. Tópicos abordados no debate

2.1 A ENSP como Escola de Governo:

Escola de Governo – o que é e o que temos a ver com isso? O debate mostrou que não está claro o significado de ser Escola de Governo. A Escola participa da Rede Nacional de Escolas de Governo (uma articulação informal de instituições capitaneada pela ENAP) e do Sistema de Escolas de Governo da União, instituído pelo Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (PNDP), mas é preciso aprofundar a discussão interna sobre o que está implicado em integrar estas instâncias, bem como sobre a própria PNDP. De fato, a classificação como “escola de governo” é o que permite atualmente a certificação dos diplomas de lato sensu da ENSP, uma vez que o Conselho Nacional de Educação suspendeu em 2009 o credenciamento de “instituições não educacionais” (Parecer CNE nº 238/2009), restando como única alternativa o credenciamento como Escola de Governo, normatizado apenas recentemente (Parecer CNE nº 295/2013 – esta regulamentação deve-se à pressão dos segmentos prejudicados pela suspensão do credenciamento, dentre eles a própria ENAP). Entretanto, é preciso avaliar se este credenciamento atende satisfatoriamente todas as ofertas de formação da Escola, inclusive a partir do exame do próprio conceito de “escola de governo”. Embora haja argumentos em favor de que a ENSP possa ser considerada “escola de governo” desde sua criação, não há um entendimento compartilhado sobre o significado desta “identidade” e, mesmo, se a trajetória histórica da Escola autorizaria tal equiparação. Faz-se necessário discutir mais o tópico, para além das questões pragmáticas relacionadas ao credenciamento e à certificação dos cursos lato sensu.

2.2 Autonomia técnico-científica e pedagógica:

O compromisso histórico da ENSP com a saúde da população brasileira e com o projeto civilizador da Reforma Sanitária não se traduz em atrelamento às políticas do Ministério da Saúde ou do governo. Não se pode reduzir as atividades de ensino da Escola à “formação para

o SUS”, não apenas porque também ofertamos pós-graduação “acadêmica” e realizamos pesquisas e outras atividades, cujo compromisso maior é com a geração de conhecimento científico no campo da saúde, mas essencialmente porque nossos projetos educacionais devem ter por perspectiva a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de ver e julgar criticamente para agir criticamente. Neste sentido, foi destacado que não podemos nos pautar ou limitar nossas ofertas educacionais somente pelas demandas externas e não podemos nos tornar meros reprodutores de “competências” preestabelecidas. Considera-se que as demandas governamentais são legítimas e que precisamos lidar com elas na elaboração de nossos projetos de formação, mas sem perder a perspectiva crítica, frente aos programas e políticas de governo mas também frente aos pressupostos pedagógicos das demandas de formação, que não encontram-se necessariamente explicitados na demanda. O caráter de instituição educacional “pública” e “de Estado” da ENSP passa pela afirmação de sua autonomia técnico-científica e pedagógica.

2.3 Os cenários externos e a educação:

Registrou-se que é preciso discutir e compreender as tendências do ensino superior no mundo e no Brasil e participar mais ativamente do debate nacional e internacional sobre o assunto. Um exemplo apresentado é a questão do mestrado acadêmico: na forma em que se fixou no Brasil, como uma espécie de “pré-doutorado”, não há similar em outros países. Os programas de doutorado no exterior tem entradas múltiplas e destinam-se somente àqueles que desejam seguir carreira acadêmica. Por outro lado, também ressaltou-se que nas circunstâncias atuais, não podemos prescindir do mestrado acadêmico como estágio “intermediário” entre a graduação e o doutorado, não apenas em razão de características específicas do nosso público (composto em grande parte por profissionais da área de saúde sem treinamento específico nas disciplinas e tradições intelectuais que conformam o “campo” da Saúde coletiva) mas também por representar uma porta de entrada com menos restrições de acesso para este mesmo público. Assim, destacou-se que, precisamos não apenas participar mais ativamente, como instituição, do debate sobre a pós-graduação mas, também, integrar este debate aos nossos processos de planejamento de médio e longo prazo. Esta e outras questões são levantadas no PNPG 2011-2020. Cabe, neste momento, perguntar como a ENSP se posiciona frente a estas questões e como este conjunto de questões está relacionado com agendas globais de reforma da universidade e do ensino superior, respondendo a que interesses e agendas. Nesse sentido, foi sinalizado que não podemos ficar fechados no nosso mundo, precisamos compreender como as agendas colocadas para o ensino se articulam com a dinâmica mundial, as transformações culturais e econômicas das últimas décadas, compreendendo que estas transformações trazem reflexos importantes também para as políticas de saúde em nível nacional.

2.4 “Programas de Formação” e integração das atividades de ensino:

“A Escola precisa querer ser Escola!” – esta frase resume o chamamento para a discussão do ensino na ENSP. Há um reconhecimento de que existe hoje um hiato institucional entre a pós-graduação lato sensu e stricto sensu. No âmbito do stricto sensu, há igualmente uma lacuna entre os programas acadêmicos e o mestrado profissional. Algumas questões se apresentam: como articular e integrar os diversos níveis e modalidades de ensino da ENSP? Que formação estamos oferecendo em nossos cursos e programas? Que itinerários de aprendizagem estamos construindo para formar nossos estudantes, seja como pesquisadores em saúde coletiva, seja como trabalhadores e/ou gestores para atuar no SUS? Da mesma forma: como estamos fazendo a articulação entre as atividades de ensino e formação e a pesquisa científica? São desafios de grande alcance, que exigirão uma mobilização proporcionalmente grande da

instituição, para que seja possível encontrar novos caminhos. Um caminho possível seria retomar a discussão interna sobre Programas de Formação, que devem ser entendidos como propostas de construção de itinerários formativos e não como mera “modularização” de conteúdos em “pacotes” recombináveis. Uma discussão com esta abrangência teria que envolver a Escola como um todo e deve mobilizar também um debate sobre nossa agenda de pesquisa e as formas através das quais organizamos as atividades de pesquisa na instituição. Por fim, a introdução de Programas de Formação, entendidos como dispositivos estruturantes e transversais aos níveis e modalidades de ensino, poderá contribuir para a melhoria dos indicadores de tempo de titulação e outros, se bem utilizados.

2.5 A “extensão”:

Se tomamos como um dos pontos de partida, na apresentação preparada para esta Oficina, do princípio constitucional da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” precisaremos reconhecer que, no caso da ENSP, “o tripé está manco”, como bem observado pelos estudantes durante a oficina; no próprio Portal da ENSP as atividades de extensão encontram-se negligenciadas. Deve-se observar que a extensão, na ENSP, não se resume à cooperação externa; desempenhamos diversas atividades assistenciais e de vigilância, no CSEGSF, no CRPHF, no CESTEJ etc; desenvolvemos projetos assistenciais e de intervenção “no território”. Como o ensino se insere nestes espaços e como a inserção nestes espaços pode contribuir para a formação? Destacou-se que precisamos buscar formas de articular o ensino e atividades práticas no processo educativo.

2.6 Avaliação:

A realização da Oficina, por si, é uma demonstração de que obtivemos avanços na capacidade de realizar diagnósticos, identificar os problemas e os desafios, mas nossas práticas de avaliação são ainda incipientes. Com o Relatório de Gestão 2013 foi possível produzir e analisar, a partir das bases de dados disponíveis e considerando também as informações da avaliação CAPES, alguns indicadores de desempenho para a pós-graduação stricto sensu, que permitiram identificar algumas tendências que podem ter impacto potencial sobre o futuro dos nossos programas. Para o Relatório 2014 pretende-se incluir informações mais qualificadas sobre o desempenho e a produção dos cursos lato sensu. Entretanto, há muito terreno ainda a percorrer no campo da avaliação; é preciso qualificar e fortalecer o monitoramento do stricto sensu e, ao mesmo, tempo, desenvolver e implementar a sistemática de acompanhamento do lato sensu. Sobretudo, é necessário fortalecer nossa capacidade de analisar as informações disponíveis para além dos dados; é preciso, por exemplo, compreender os processos que determinam o declínio da oferta de cursos lato sensu verificado nos últimos anos.

Outro ponto a desenvolver é a avaliação de egressos; temos hoje, na ENSP, uma iniciativa pontual de avaliação de egressos (especificamente da Residência Multiprofissional em Saúde da Família) que pode servir como “piloto” e estímulo para outras experiências, mas a generalização desta prática na Escola se viabilizará a partir de um conjunto de medidas específicas e coordenadas, que precisarão ser discutidas.

Outras iniciativas necessárias devem visar a avaliação de programas, cursos e disciplinas. É importante que os alunos sejam parte ativa dos processos de avaliação e faz-se necessário estabelecer formas de garantir e estimular sua participação. Deve-se recordar que o credenciamento da ENSP como “Escola de Governo” tem como uma de suas exigências a constituição de uma Comissão Interna de Avaliação composta por docentes e outros trabalhadores da Escola, discentes e representantes da “comunidade”. Isto constitui um desafio mas pode ser também uma oportunidade, mas é claramente insuficiente.

Da mesma forma, a avaliação periódica realizada pela CAPES (ou melhor, por nossos “pares” do “campo” sob coordenação da CAPES) impele à vigilância face a variáveis que possam afetar as “notas” dos programas stricto sensu, como tempo médio de titulação, proporção alunos/docentes e outras. O caráter francamente multidisciplinar da área de avaliação “Saúde Coletiva” traz alguns desafios que precisam ser enfrentados e demandam diálogo permanente, tanto no interior do próprio campo como com os atores institucionais responsáveis pela política de pós-graduação. Uma tarefa importante seria a internalização, pela ENSP, do debate sobre avaliação de forma articulada ao debate sobre a política de pós-graduação e de ensino de maneira geral (ensino superior, sem dúvida mas não somente), ao debate sobre o “campo” da saúde coletiva e, por fim, sobre a política de C&T.

A implantação e consolidação de práticas avaliativas na Escola deve ter como objetivo nossa própria auto-compreensão e aperfeiçoamento como instituição, para além das injunções da avaliação CAPES, a certificação como Escola de Governo e outras instâncias externas, sem prejuízo do diálogo necessário com os agentes externos e tendo em mente que a auto-compreensão mencionada só torna-se possível situada em relação ao contexto mais amplo.

2.7 Participação dos alunos e assistência aos estudantes:

Um ponto importante, já mencionado acima, é a participação estudantil nos processos de avaliação do ensino, nos diversos níveis e modalidades e visando a avaliação tanto de disciplinas quanto de cursos e programas. É imprescindível esta participação – e, também, que ela se dê de forma qualificada – para a implementação de práticas avaliativas que produzam os efeitos desejados de auto-compreensão e aperfeiçoamento institucional, e faz-se necessário criar os instrumentos para viabilizá-la. A representação discente existe hoje em algumas instâncias importantes, como o Conselho Deliberativo da Escola e as Comissões de Pós-Graduações dos Programas de Stricto Sensu, e está prevista na Comissão Interna de Avaliação criada para atender aos requisitos da certificação como Escola de Governo. A ampliação dos espaços de representação e participação estudantil não deve ser simples decorrência da implementação de novos espaços formais de avaliação, mas deve ser parte integrante do processo de internalização e consolidação de práticas avaliativas pela Escola.

Alguns pontos críticos a destacar são a ausência de uma política clara de assistência aos estudantes e de espaços de integração e convivência. São requisitos do credenciamento como Escola de Governo e são necessidades que temos que assumir para buscar soluções. Precisaremos oferecer outros espaços e alternativas para os estudantes, com relação à alimentação por exemplo (“espaços para esquentar uma marmita”, como foi colocado).

Por fim, uma questão complexa: como “incluir” ou, pelo menos, aproximar os alunos de EAD da Escola? Já foi identificada claramente a existência de um déficit de pertencimento que é, sem dúvida, também um déficit de reconhecimento. Não é uma questão nova, precisaremos encontrar soluções e criar dispositivos inovadores para tentar aproximar estes estudantes da vida institucional, do ambiente e do “cotidiano” escolar (o que pode ser um desafio interessante de recriação tecnológica), para além dos encontros presenciais.

A mesma questão, em menor grau, diz respeito aos alunos do programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, que, por ser um programa interinstitucional, desenvolvido em parceria com outras instituições de ensino, faz com que os estudantes circulem e participem de atividades em diferentes campi. O que deveria ser um trunfo, a diversidade de experiências e o contato com realidades institucionais distintas, não pode se tornar um estigma, como a sensação de ausência de vínculos de pertencimento. Neste sentido, a relação com estes alunos deve ser objeto de cuidados especiais, para que sintam-se integrantes plenos do corpo discente da Escola.

2.8 Formação docente, apoio pedagógico e tecnologias educacionais:

Na última década, a ENSP vem se destacando, no terreno do ensino à distância, pela capacidade de se apropriar das tecnologias de informação e comunicação e gerar projetos educacionais bem sucedidos, bem como pela qualidade do material didático produzido. Como foi notado, embora tenha havido experiências pontuais de colaboração e apoio pedagógico em alguns cursos presenciais, a realidade é que esta expertise encontra-se hoje concentrada no setor de EAD da Escola e tem beneficiado quase exclusivamente os projetos de ensino à distância. Considerando este quadro, um desafio que tem se colocado seria estender esta oferta para outros segmentos do ensino. Uma proposta apresentada foi a constituição de um “núcleo educacional” que teria por atribuição oferecer apoio pedagógico às atividades de ensino e desenvolver práticas de formação e qualificação docente. Este “núcleo” também possibilitaria estender a produção de materiais didáticos, hoje restrita à EAD, para a Escola como um todo. Outra proposição apresentada foi a criação de uma linha ou programa de pesquisa voltados especificamente para a geração de conhecimento sobre ensino e práticas educacionais.

Um questão levantada, que merece extrema atenção, está relacionada ao fato de termos, hoje, um número expressivo e crescente de tutores de EAD formados pela ENSP, atuando em diversos projetos de formação, que constituem parte significativa do nosso quadro docente. Este é um componente importante da nossa força de trabalho que, entretanto, a exemplo dos alunos do EAD, tem baixa visibilidade na instituição. Os desafios apontados com relação aos estudantes de EAD aplicam-se também, de certa forma, aos tutores: como incluí-los e fazê-los participar mais da vida institucional? Precisamos (re)conhecer melhor esses trabalhadores, muitos deles alunos ou ex-alunos da Escola, que viabilizam e dão concretude aos nossos projetos. Isto passa, também, pelo aperfeiçoamento das nossas práticas de formação de tutores, outro ponto destacado no debate.

Como foi apontado, a apropriação de tecnologias no processo educativo é um grande desafio para o ensino da ENSP. É imprescindível que as instituições formadoras incorporem e se apropriem das inovações que as novas tecnologias informacionais têm disponibilizado no campo da educação, entretanto, a visão que continua prevalecendo é meramente instrumental: usar os novos meios para ampliar o acesso, reduzir distâncias e aumentar a escala, isto é, o número de alunos. Conforme foi destacado, é necessário problematizar criticamente os modelos que passaram recentemente a prevalecer no quadro da educação brasileira, a partir da adoção em massa do ensino a distância, notadamente pelo setor privado, ao invés de considera-los um “dado de realidade” e simplesmente copiá-los. A expansão do ensino à distância da ENSP não pode se dar em prejuízo da qualidade do ensino e muito menos em prejuízo dos alunos, especialmente no caso de trabalhadores da saúde, submetidos a rotinas e condições de trabalho muitas vezes precárias, que não precisam, além disso, ser expostos a programas de formação massificados e alienantes.

3. Diretrizes para o Ensino – alguns pontos de partida

- O projeto de formação deve ser amplo e capaz de atender às necessidades do sistema público de saúde e de uma formação abrangente;
- O projeto de formação profissional não pode estar atrelado à lógica do financiamento, deve preservar e estimular o pensamento crítico, não ceder a lógica mercadológica;
- A Escola precisa pensar como Escola constituindo espaços concretos que se dediquem a pesquisar ensino, aprofundar pedagogia, avaliar e monitorar;
- É preciso aprofundar e organizar o ensino pela lógica dos Programas de Formação, articulando diversos níveis e modalidades;
- É também preciso aprofundar o debate sobre estratégias inovadoras de ensino e uso de tecnologias educacionais;
- Garantir o reconhecimento da trajetória da ENSP no processo de credenciamento junto ao MEC;
- Enfatizar a autonomia técnico-científica e pedagógica da Escola na condução dos projetos de formação no contexto da Fiocruz.

4. Propostas concretas

Desenvolvimento do Ensino:

- Consolidar um Núcleo Educacional/Pedagógico na Escola com o objetivo de auxiliar os docentes na construção dos projetos de ensino;
- Avançar na consolidação de Programas de Formação integrando os diversos níveis e modalidades de formação;
- Constituir área de avaliação que compreenda toda Escola e faça o monitoramento integrado de todas as atividades de ensino;
- Realizar oficinas de avaliação de disciplinas e cursos, com a participação dos estudantes;
- Implantar e desenvolver linha de pesquisa sobre ensino, prática docente e saúde.
- Realizar debates estratégicos, como: estratégias inovadoras de ensino e formação docente.

Gestão:

- Desenvolver e implementar novo sistema de gestão acadêmica;
- Constituir uma estrutura de gestão do ensino para apoio aos coordenadores de stricto e lato sensu.

Debate político:

- Manter espaços de discussão permanente sobre a conjuntura do país e de saúde;
- Inserção dos discentes nos espaços de representação.

Infraestrutura

- Espaço de convívio para os alunos;
- Espaço de sala de aula – prédio de cursos.

5. Alguns links e referências úteis:

Apresentação utilizada na Oficina:

- <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/d8575ee69f8454b27dd7498787c2bad064533017.PDF>

Relatório de Gestão 2013 ENSP:

- http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/_imagens/rg_ensp2013_21dez.pdf

Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES):

Vol. 1:

- <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>

Vol. 2:

- http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf

Parecer CNE/CES nº 295/2013 - credenciamento e reconhecimento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação lato sensu:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14994&Itemid=

Site da Rede Nacional de Escolas de Governo:

http://www2.ena.gov.br/rede_escolas/index.php

A Rede Nacional de Escolas de Governo - propósitos e desafios:

http://www.ena.gov.br/images//rede_de_escolas.pdf

Sistema de Escolas de Governo da União:

http://www.ena.gov.br/images//segu_dezembro_2014.pdf

Decreto nº 5.707/2006 - institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm